

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.391 - SC (2019/0302728-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RONALDO FRANCISCO - SC036396
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : GISELE RAMOS DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de GISELE RAMOS DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento da Apelação Criminal n. 0010561-06.2012.8.24.0039.

Consta dos autos que a paciente foi condenado em primeiro grau à pena de 2 anos de reclusão, em regime aberto, e 10 dias-multa, pelo cometimento da infração descrita no art. 155, § 4º, IV, do Código Penal (furto qualificado). Houve a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, quais sejam, prestação de serviço à comunidade e prestação pecuniária.

Irresignada, a defesa apelou perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fls. 257):

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO SIMPLES TENTADO (ART. 155, CAPUT C/C ART. 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL) E FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS (ART. 155, § 4º. INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL), NA FORMA CONTINUADA DO ART. 71 DO CÓDIGO PENAL EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO CRIME. SENTENÇA CONDENATÓRIA QUANTO AO SEGUNDO DELITO. RECURSO DEFENSIVO.

DESCCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO SIMPLES. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA DE FURTO EM CONCURSO DE AGENTES DEVIDAMENTE COMPROVADA PROVA TESTEMUNHAL OCULAR QUE SE REVELA SUFICIENTE À VERIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS, AINDA QUE NÃO IDENTIFICADOS NOS AUTOS. QUALIFICADORA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (HC N. 142.750/RJ) ADOTADA POR ESTA CÂMARA CRIMINAL (AUTOS N. 0003032-10.2015.8.24.0045).

Superior Tribunal de Justiça

IMEDIATO CUMPRIMENTO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados conforme acórdão de fls. 279/283.

No presente *mandamus*, sustenta a Defensoria não haver fundamentação válida para a não aplicação da pena de multa substitutiva e uma restritiva de direitos. Argumenta ser ela a mais favorável à paciente.

Requer, assim, a "*concessão da medida liminar para determinar a suspensão do trâmite do processo de origem e, ao final, a concessão definitiva da ordem de habeas corpus em favor de GISELE RAMOS DA SILVA para substituir a pena de reclusão por multa e UMA restritiva de direitos, na forma do art. 44, §2.º, do Código Penal*" (fl. 9).

Brevemente relatado, decido.

Não há como dar seguimento ao pedido.

Em primeiro lugar, porque falta interesse de agir à Defensoria Pública, uma vez que o acórdão atacado já confirmou a conversão da pena privativa de liberdade por duas medidas restritivas de direitos, quais sejam, prestação de serviço à comunidade, em entidade a ser designada pelo Juízo da Execução, e prestação pecuniária, no importe de 1 (um) salário mínimo.

Em segundo lugar, porque a análise relativa ao tipo de pena restritiva de direito que deve ser imposta ao paciente não afeta, nem de forma reflexa, o seu direito de locomoção, razão pelo qual a pedido aqui deduzido em sede de *habeas corpus*, revela-se manifestamente incabível.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. WRIT ORIGINÁRIO INDEFERIDO LIMINARMENTE. PENA DE ADVERTÊNCIA SOBRE OS EFEITOS DAS DROGAS. INEXISTÊNCIA DE RISCO OU AMEAÇA AO DIREITO DE LOCOMOÇÃO. PRECEDENTES DO STJ E STF. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A condenação à pena de advertência sobre os efeitos das drogas (art. 28, caput, I, da Lei n. 11.343/06) não importa em privação ou mesmo em restrição à liberdade ambulatorial do condenado.

2. Não se encontrando em risco ou em ameaça a

Superior Tribunal de Justiça

liberdade de locomoção, incabível o manejo do habeas corpus. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

3. A alegação de inconstitucionalidade do art. 28, caput, da Lei n. 11.343/06 melhor seria formulada em recurso extraordinário.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 391.220/SP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, DJe 24/05/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. APREENSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - CNH. INEXISTÊNCIA DE RISCO OU AMEAÇA AO DIREITO DE LOCOMOÇÃO. DESCABIMENTO DO WRIT.

1. Sem que haja risco ou ameaça à liberdade de locomoção, revela-se descabida a impetração de habeas corpus. Precedentes: AgRg no HC 391.220/SP, Relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 24/5/2017; REsp 1.639.643/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 18/4/2017; e AgInt no HC 361.699/MG, Relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 20/10/2016.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no RHC 97.082/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/06/2018)

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator